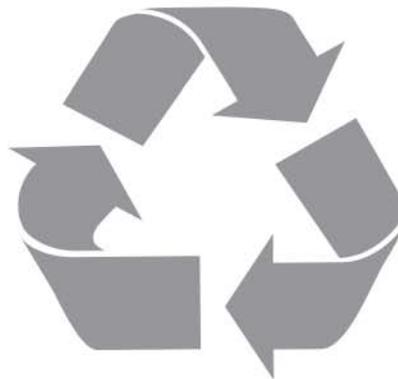




PROCESSO SELETIVO VAGAS RESIDUAIS 2015

UFBA



20

TEORIA GERAL DO DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL

REDAÇÃO

INSTRUÇÕES

Para a realização das provas, você recebeu este Caderno de Questões, uma Folha de Respostas para as Provas I e II e uma Folha de Resposta destinada à Redação.

1. Caderno de Questões

- Verifique se este Caderno de Questões contém as seguintes provas:
Prova I: TEORIA GERAL DO DIREITO — Questões de 01 a 35
Prova II: DIREITO CONSTITUCIONAL — Questões de 36 a 70
Prova de REDAÇÃO
- Qualquer irregularidade constatada neste Caderno de Questões deve ser imediatamente comunicada ao fiscal de sala.
- Nas Provas I e II, você encontra apenas um tipo de questão: objetiva de proposição simples. Identifique a resposta correta, marcando na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

ATENÇÃO: Antes de fazer a marcação, avalie cuidadosamente sua resposta.

LEMBRE-SE:

- A resposta correta vale 1 (um), isto é, você **ganha** 1 (um) ponto.
- A resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto), isto é, você **não ganha** o ponto e ainda **tem descontada**, em outra questão que você acertou, essa fração do ponto.
- A ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero). Você **não ganha nem perde nada**.

2. Folha de Respostas

- A Folha de Respostas das Provas I e II e a Folha de Resposta da Redação são pré-identificadas. Confira os dados registrados nos cabeçalhos e assine-os com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**, sem ultrapassar o espaço próprio.
- **NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE, NÃO RASURE** ESSAS FOLHAS DE RESPOSTAS.
- Na Folha de Respostas destinada às Provas I e II, a marcação da resposta deve ser feita preenchendo-se o espaço correspondente com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**. Não ultrapasse o espaço reservado para esse fim.

Exemplo de Marcação
na folha de Respostas

01	<input checked="" type="checkbox"/>	F
02	V	<input checked="" type="checkbox"/>
03	V	<input checked="" type="checkbox"/>
04	<input checked="" type="checkbox"/>	F
05	V	<input checked="" type="checkbox"/>

- O tempo disponível para a realização das provas e o preenchimento das Folhas de Respostas é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos.
-

ESTAS PROVAS DEVEM SER RESPONDIDAS PELOS CANDIDATOS AO SEGUINTE CURSO:

- DIREITO

PROVA I — TEORIA GERAL DO DIREITO

QUESTÕES de 01 a 35

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de 01 a 35, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

Questão 01

A maior dificuldade, numa apresentação do Direito, não será mostrar o que ele é, mas dissolver as imagens falsas ou distorcidas que muita gente aceita como retrato fiel.

Se procurarmos a palavra que mais frequentemente é associada a Direito, veremos aparecer a lei, começando pelo inglês, em que *law* designa as duas coisas. Mas já deviam servir-nos de advertência, contra essa confusão, as outras línguas, em que Direito e lei são indicados por termos distintos: *Lus* e *lex* (latim), *Derecho* e *ley* (espanhol), *Diritto* e *legge* (italiano), *Droit* e *loi* (francês), *Recht* e *Gsetz* (alemão), *Pravo* e *zakon* (russo), *Jog* e *törvény* (húngaro) e assim por diante. Noutra passagem deste livrinho, teremos de enfrentar a sugestão do grego, em que *nomos* (lei) também não se identifica, sem mais, com o Direito e *Dikaion* propõe a questão do Direito justo. As relações entre Direito e Justiça constituem aspecto fundamental de nosso tema e, também ali, muitas nuvens ideológicas recobrem a nua realidade das coisas. (LYRA FILHO, 2006, p. 1).

O texto aborda premissas para o conjunto de afirmações da denominada *Teoria Crítica do Direito*, ao expor que a identificação entre Direito e lei pertence ao repertório ideológico do Estado, no qual não há direito a procurar, além ou acima das leis.

Questão 02

Para classificar uma doutrina como jusnaturalista, deve-se observar, pelo menos, dois pressupostos: o reconhecimento do direito natural como direito e a afirmação do direito natural como superior ao direito positivo.

Questão 03

É possível considerar como uma vertente da *Teoria Geral do Direito* tipicamente jusnaturalista aquela que tem como preliminares os estudos da lógica jurídica, em que se pode diferenciar as categorias deônticas de proibição, de obrigação e de permissão, ao se analisar as relações de oposição lógica entre proposições normativas.

Questão 04

O Plenário da Câmara dos Deputados concluiu nesta terça-feira (17) a votação do Projeto de Lei Complementar 302/13, do Senado, que regulamenta os direitos e deveres do empregado doméstico, como seguro-desemprego, conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pagamento de horas extras, adicional noturno e seguro contra acidente de trabalho. Esses direitos foram concedidos pela emenda constitucional 72. (O PLENÁRIO da Câmara..., 2015).

Considerando-se o teor da notícia, é correto afirmar que, pela teoria do ordenamento jurídico, esse Projeto de Lei poderá ser considerado inconstitucional, pois somente lei ordinária pode regulamentar artigo da Constituição Federal.

QUESTÕES 05 e 06

Art. 165. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

X - proibição de trabalho, em indústrias insalubres, a mulheres e menores de dezoito anos, de trabalho noturno a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de doze anos. (A CONSTITUIÇÃO assegura..., 1967).

A análise do dispositivo normativo, inserido na então Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, e os conhecimentos sobre *Teoria do Ordenamento Jurídico* permitem considerar correto:

Questão 05

Segundo a *Teoria do Ordenamento Jurídico*, se alguma lei daquela época infringisse essa proibição e buscasse regular o trabalho para menores de 12 anos poderia ser considerada inconstitucional, uma vez que, pelo pressuposto teórico de que o legislador é o destinatário da norma superior, a proibição seria também dirigida a este.

Questão 06

Considerando-se a primazia da autonomia da vontade e a liberdade de contratar, além da necessidade social, o contrato de trabalho que inobservasse esse mandamento constitucional não poderia ser invalidado ou nulo de pleno direito, pois a proibição não se dirigia ao empregador.

Questão 07

Norberto Bobbio, ao elaborar as premissas da *Teoria Geral do Direito*, particularmente, no que tange à coatividade do ordenamento jurídico e não da norma jurídica isolada, define, na sua obra a *Teoria da Norma Jurídica*, apenas como uma parte da *Teoria Geral do Direito*.

Questão 08

Desde a Revolução Francesa, embora a lei se apresente como ponto fundamental da vida jurídica, na sua aplicação, não se pode prescindir de um esforço que realize a mediação entre o comando universal e a situação específica do mundo fenomênico da qual ela incide, procedimento que deve passar pela justiça social, segundo as teorias críticas do direito, como Direito Alternativo.

Questão 09

A 4ª Turma Cível do TJ/DF manteve decisão que julgou procedente a regulamentação de visitas de uma criança e fixou multa pelo descumprimento do dever de visitação. Para o colegiado, o direito a visitas não é apenas direito do genitor, é direito do filho de conviver com seu pai. No entanto, os desembargadores destacaram que "há uma obrigação – e não simples direito – dos pais de cumprirem os horários de visitação. É um dos deveres inerentes ao poder familiar, cujo descumprimento configura infração administrativa sujeita à multa". (A 4ª TURMA Cível..., 2015).

Nessa decisão, o sentido de obrigação insere a norma no âmbito moral, da sanção difusa, sem juízo de imputação.

Questão 10

No que tange à capacidade de exercício de direitos, pode-se afirmar que crianças não têm capacidade de se obrigarem a fazer algo, logo sua conduta não é pressuposto de uma indenização, sendo isso válido no âmbito cível.

Questão 11

Pode-se afirmar que, entre as teses da sociologia jurídica de viés crítico-marxista, está a de que o direito é um fenômeno ideológico, logo a lei e os tribunais são tidos como mecanismos de manutenção da ordem, da estabilidade e do funcionamento de sistemas sociais, políticos e econômicos.

Questão 12

É possível definir antinomia jurídica como a oposição que ocorre entre duas normas contraditórias, desde que emanadas de autoridades competentes num mesmo âmbito normativo, podendo ser classificadas como antinomias aparentes ou reais.

Questão 13

Ao considerar o direito como objeto de três ciências distintas e independentes — a sociologia do direito, a ciência do direito e a filosofia do direito, Norberto Bobbio afirma o positivismo jurídico como teoria que considera que a justiça de uma norma é condição de sua validade ou eficácia.

Questão 14

Pode-se afirmar que vertentes pós-positivistas criticam o positivismo jurídico, pois indicam que há situações que não se encaixam com facilidade em um único dispositivo legal, sendo, portanto, impossíveis de serem resolvidas mediante processo lógico-dedutivo, demandando-se, assim, legitimidade da função jurisdicional.

Questão 15

No âmbito das *Teorias do Conhecimento Jurídico*, é correto afirmar que o axioma "tudo que não está proibido está juridicamente permitido" pode ser considerado, pela teoria egológica, para além de um axioma lógico, mas também axiológico, pois os valores, em especial o valor da existência humana como liberdade, são marcas dessa teoria.

QUESTÕES 16 e 17

Uma decisão judicial pela qual uma pena prevista na lei a aplicar não é imposta simplesmente porque o delinquente é um branco e não um negro, um cristão e não um judeu, embora a lei não tome em conta, na determinação do fato delituoso, a raça ou a religião do delinquente, é anulável como contrária ao direito [...]. (KELSEN, 2006, p. 158-159).

Considerando-se a análise do texto, é correto inferir:

Questão 16

No texto, está descrita uma forma do princípio de igualdade perante a lei, inserida na tradição do positivismo jurídico.

Questão 17

A igualdade dos indivíduos sujeitos à ordem jurídica deve ser socialmente justa, substancial, tratando os desiguais de forma desigual, como garantido nas constituições.

Questão 18

O Exmo. Sr. Ministro Celso de Mello, Relator no RE 166349-9/DF, afirma, quanto às Medidas Provisórias, que "...O que justifica a edição de medidas provisórias é a existência de um estado de necessidade, que impõe ao Poder Executivo a adoção imediata de providências de caráter legislativo, inalcançáveis segundo as regras ordinárias de legiferação, em face do próprio *periculum in mora* que certamente decorreria do atraso da prestação legislativa.". (O EXMO. Sr. Ministro..., 2015).

Pela análise do texto, é correto concluir que medida provisória não pode ser considerada fonte do direito positivo.

Questão 19

Comumente, na *Teoria Geral do Direito*, afirma-se que, entre os métodos de interpretação jurídica, o método gramatical valoriza a literalidade da lei.

Questão 20

Na concepção de ciência do direito da *Teoria Pura*, em Hans Kelsen, a matriz de pensamento jurídico-dogmático, ao afirmar a necessidade de purificação axiológica, quer indicar que as leis são neutras e anti-ideológicas.

Questão 21

Considerando-se o Art. 3º, dispositivo da *Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro* — antiga *Lei de Introdução ao Código Civil* —, que prevê que ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece, pode-se inferir que há um direito subjetivo entendido como interesse juridicamente protegido, elevado a *status* jurídico de direito fundamental que permite o descumprimento da lei sob alegação de desconhecimento.

Questão 22

Na *Teoria Geral do Direito*, comumente, reputa-se ato jurídico perfeito aquele introjetado nos seus valores pela sociedade, ou seja, aquele eficaz.

Questão 23

O denominado "princípio de imputação", importante pressuposto da teoria da relação jurídica, define, logicamente, que quando A é, B também é, excluindo-se a possibilidade do "dever ser" característico do âmbito da moralidade.

Questão 24

A dialética social do direito — expressão da *Teoria Crítica do Direito*, formulada por Roberto Lyra Filho no Brasil — notabilizou-se por alertar que as principais escolas de pensamento jurídico moderno — o positivismo e o jusnaturalismo — são ideologias da ordem, seja estatal ou natural.

Questão 25

A luta contra as modalidades de formalismo pelo reconhecimento de método empírico dialético, de que a compreensão do direito só é possível de maneira concreta e dinâmica como dimensão da vida humana, pode ser relacionado ao culturalismo jurídico, encampado, no Brasil, por Miguel Reale.

Questão 26

Os nove policiais militares envolvidos na morte de 12 pessoas no bairro do Cabula, em Salvador, planejaram o crime como vingança. Essa foi a conclusão a que o Ministério Público da Bahia (MP-BA) chegou, após denunciar os militares pelo crime de homicídio e lesão corporal contra outras seis pessoas. (Os NOVE policiais..., 2015).

Nesse caso abordado no texto, o Ministério Público seguiu tradição da escola da exegese, ao enquadrar o fato na experiência e cultura da vingança, indicada nos valores inseridos na norma, ao invés de considerar a letra fria da lei.

Questão 27

Na Teoria do Direito, o uso da analogia decorre da lei e funda-se no princípio geral de que se deve dar tratamento desigual a casos semelhantes.

Questão 28

Considerando-se a notícia "A Irlanda se tornou o primeiro país do mundo a aprovar, em um referendo, o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Com todas as urnas do referendo de sexta-feira (22) apuradas, o 'sim' atingiu 62% dos votos, com 38% para o 'não'", **não** é correto afirmar que, no Brasil, um referendo, como o relatado, seria inconstitucional, pela tradição da *Teoria Geral do Direito* de que prevalece o ramo do Direito Privado sob o ramo do Direito Público, sistema denominado na teoria por *civil law*. (A IRLANDA se tornou..., 2015.).

Questão 29

A aplicação da sanção como consequência lógica do ilícito e do "dever ser" pode ser considerada uma garantia do Estado de Direito, em que ninguém pode ser punido por uma condição do "ser".

Questão 30

Ocorreu no Teatro da Reitoria da Universidade Federal do Paraná um Julgamento Moral sobre o Massacre do Centro Cívico de Curitiba, ocorrido no dia 29 de abril de 2015. O evento, que não tem valor punitivo, contou com a participação de quase mil pessoas, entre estudantes, juristas, professores e servidores, foi realizado pela Faculdade de Direito e pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR. Jorge Luiz Souto Maior disse que a lei aprovada durante o massacre não é legítima e falou em responsabilização do governador. (OCORREU no Teatro..., 2015).

A notícia acima sugere que lei aprovada não é legítima, sendo possível afirmar que as correntes críticas do positivismo jurídico denunciam os riscos, para a democracia, da redução da legitimidade de uma norma em função do respeito às formalidades previstas em norma superior.

QUESTÕES 31 e 32

O Brasil ratificou a Convenção contra a Tortura em 1989 e seu Protocolo Facultativo, assumindo, no livre exercício de sua soberania, obrigações jurídicas para o combate à tortura e autorizando o monitoramento internacional do modo pelo qual implementa a Convenção. (PIOVESAN, 2010, p. 97).

A análise do texto e os conhecimentos sobre Teoria Geral do Direito permitem afirmar:

Questão 31

As convenções de direitos humanos buscam afirmar valores universais de justiça, sendo essa uma formulação defendida pelos jusnaturalistas na interpretação e aplicação do direito.

Questão 32

Considerando-se as formulações da *Teoria das Fontes e do Ordenamento Jurídico*, em Norberto Bobbio, essas convenções, sendo internacionais, estão acima do ordenamento jurídico nacional, mesmo sem serem recepcionadas pela Constituição pátria.

Questão 33

O Direito moderno, em suas categorias principais, consolida-se no século XIX, já arrebatado pela onda positivista, afirmando que a interpretação jurídica é um processo silogístico de subsunção dos fatos à norma, sendo Savigny, representante da Escola Histórica Alemã, o principal defensor desse pensamento, ao anular a ideia do espírito do povo na interpretação.

Questão 34

Miguel Reale, no seu livro *Lições preliminares do direito*, insere um capítulo sobre os princípios gerais do direito, onde afirma que esses não têm função apenas no caso particular de lacunas encontradas na legislação, o que se constitui como formulação que traz uma abertura para concepções do pós-positivismo jurídico.

Questão 35

Desde que a crítica histórica e a experiência sociológica e etnológica do século passado nos fizeram, por inteiro, perder a fé num direito natural material, estamos navegando à deriva nessa matéria sutil. Muito antes disso, em verdade, a partir do Renascimento, impelidos pela experiência pragmática do mundo burguês, estamos assistindo a um domínio da eficácia sobre a ética, do saber teórico e técnico sobre o ético e deontológico [...]. (MACHADO NETO, 1975, p. 213).

Considerado-se que, no texto, está presente uma crítica, no século XX, à Teoria do Direito Natural, pode-se afirmar que o Jusracionalismo, caminhando sob o influxo matematicista e cartesiano, já inicia a construção de sistema jurídico, que seria aprofundado com o fenômeno de positivação do direito.

PROVA II — DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES de 36 a 70

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **36 a 70**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos meio ponto*); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

Questão 36

A Constituição Brasileira de 1988 pode ser classificada como flexível, tendo em vista as constantes mudanças no seu conteúdo, realizadas por intermédio de emendas constitucionais.

Questão 37

Embora seja conhecida como “Constituição Cidadã”, a Constituição Brasileira de 1988, em seu texto, deixou de contemplar princípios fundamentais no âmbito das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Questão 38

No sistema de controle concentrado-principal de constitucionalidade, ocorre a análise da legislação em tese, permitindo que o Órgão de Cúpula encarregado da fiscalização determine, após decisão definitiva, a invalidade da lei ou ato normativo impugnado.

Questão 39

A Constituição Brasileira de 1937, conhecida como “Polaca”, à época de sua criação, foi notoriamente reconhecida pelo avanço na garantia da democracia e dos direitos fundamentais.

Questão 40

A teoria dos poderes implícitos tem sido adotada no Brasil, graças à inspiração da jurisprudência norte-americana, assegurando o exercício de competências pelos entes da Federação, mesmo ante a ausência de previsão textual na Constituição.

Questão 41

Em função do princípio de garantia do Estado Laico, constitui vedação para os entes da Federação estabelecer cultos religiosos ou igrejas, ressalvada a colaboração de interesse público.

Questão 42

A Constituição Brasileira de 1824 foi a primeira a contemplar a famosa teoria da tripartição de poderes e funções, sistematizada por Montesquieu.

Questão 43

O sistema de controle de constitucionalidade francês representa um exemplo de modelo mundial usualmente associado ao exercício do controle repressivo jurisdicional, tendo em vista que, historicamente, no país, o nível de confiança nos juízes é elevado.

Questão 44

A “nacionalidade potestativa” ocorre, por exemplo, no caso em que o filho de pai ou mãe brasileiro, nascido fora do Brasil, resolva morar em território brasileiro, optando a qualquer tempo, após a maioridade, pela nacionalidade brasileira, o que fará com que seja considerado brasileiro nato.

Questão 45

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, é possível que ocorra a extradição de brasileiro nato, tendo em vista o princípio da cooperação internacional.

Questão 46

Segundo a Constituição de 1988, os Territórios Federais representam entes de natureza federativa que podem ser criados por meio de lei ordinária, sendo vedada, contudo, a criação de municípios em seu interior.

Questão 47

No Brasil, a criação de municípios exige a realização de consulta prévia às populações interessadas, como, também, estudo prévio de viabilidade municipal.

Questão 48

Os direitos sociais, previstos no Artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988, são por ela expressamente contemplados como cláusulas pétreas, dada a importância de sua proteção.

Questão 49

A União Federal possui dupla personalidade no âmbito da Federação Brasileira, desenvolvendo atuação tanto como pessoa jurídica de direito público interno como também como representação do Estado Federal.

Questão 50

A arguição de descumprimento de preceito fundamental apenas poderá ser proposta pelo Procurador-Geral da República, consoante expressa determinação constitucional.

Questão 51

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a proteção judicial aos direitos fundamentais ocorre, com a permissão de que a lei possa, em casos específicos, excluir lesão ou ameaça a direito da apreciação do Poder Judiciário.

Questão 52

Após ser sancionada pelo Presidente da República, a Proposta de Emenda Constitucional é publicada no Diário Oficial da União, possuindo, de regra, vigência imediata.

Questão 53

O exercício funcional no Conselho da República constitui atividade remunerada, com subsídio fixado pela Presidência da República, mediante lei específica.

Questão 54

As comissões parlamentares de inquérito, embora tenham poderes próprios de investigação de autoridades judiciais, estão sujeitas, em casos como a interceptação telefônica, à cláusula de reserva de jurisdição.

Questão 55

Em caso de veto presidencial ao conteúdo de Projeto de Lei que lhe pareça inconstitucional, compete ao Congresso Nacional, em sessão conjunta, e por voto secreto, conhecer do veto e sobre ele deliberar.

Questão 56

No caso de improbidade administrativa, a condenação sujeita o agente, entre outras sanções, à cassação dos seus direitos políticos.

Questão 57

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, nos casos de *impeachment* do Presidente da República, haverá perda do cargo e inabilitação para o exercício de função pública pelo período de oito anos após a condenação.

Questão 58

De acordo com a legislação regulamentadora, é possível a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

Questão 59

O Presidente da República pode delegar a concessão de indulto e comutação de penas para o Advogado-Geral da União.

Questão 60

O juiz possui a garantia da vitaliciedade, que representa a restrição para perda do cargo apenas nos casos de processo administrativo disciplinar.

QUESTÕES 61 e 62

São competências do Supremo Tribunal Federal:

Questão 61

A apreciação exclusiva do mérito da repercussão geral no recurso extraordinário, a qual representa a demonstração de questões de relevância política, econômica, social ou jurídica que transcendam os interesses da causa.

Questão 62

Processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual que sejam contrários à Constituição Federal, segundo a Constituição de 1988.

Questão 63

O Senado Federal adota mandatos de quatro anos para os seus integrantes, que devem possuir idade mínima de 35 anos para concorrer ao cargo.

Questão 64

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

Questão 65

A advocacia representa função essencial à Justiça, embora seja possível, em hipóteses excepcionais, a tramitação de ação judicial sem a presença de advogado.

Questão 66

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, compete aos Tribunais de Justiça o julgamento de representação de inconstitucionalidade, nos casos de leis ou atos normativos estaduais ou municipais que violem a Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

Questão 67

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, o Ministério Público é o titular privativo tanto da ação penal pública como da ação popular.

Questão 68

O Procurador-Geral de Justiça, na condição de Chefe do Ministério Público da União, pode ser reconduzido ao cargo apenas uma vez.

Questão 69

Conforme a Constituição Brasileira de 1988, aplica-se a regra do quinto constitucional na composição do Tribunal Superior do Trabalho.

Questão 70

Como medida de garantia do acesso à Justiça, a Constituição Brasileira de 1988 prevê a possibilidade de que os Tribunais de Justiça possam criar Câmaras Regionais, funcionando de modo descentralizado.

PROVA DE REDAÇÃO

INSTRUÇÕES:

- Escreva sua Redação com caneta de tinta AZUL ou PRETA, de forma clara e legível.
- Caso utilize letra de imprensa, destaque as iniciais maiúsculas.
- O rascunho deve ser feito no local apropriado do Caderno de Questões.
- Na Folha de Resposta, utilize apenas o espaço a ela destinado.
- Será atribuída a pontuação ZERO à Redação que
 - se afastar do tema proposto;
 - for apresentada em forma de verso;
 - for assinada fora do local apropriado;
 - apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
 - for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade;
 - apresentar texto incompreensível ou letra ilegível.

Os textos a seguir devem servir como ponto de partida para a sua Redação.

I.

Uma nação se faz com pessoas imbuídas de propósitos comuns, voltadas para o progresso social, com pleno exercício da justiça e da igualdade de direitos e de deveres de seus cidadãos. A consciência coletiva de uma sociedade resulta dos valores de uma nação. O que se passa na consciência como pensamento coletivo das pessoas é reflexo de sua cultura, da opinião pública e

5 – do estágio de desenvolvimento da sociedade.

Essa consciência coletiva pode colocar uma sociedade em letargia ou, de outro modo, fazê-la progredir. Linchamentos, queima de ônibus, manifestações com quebra-quebra, depredação de patrimônio público, bem como tudo que implique um modo coletivo de ser, seja com resultados positivos ou não para a sociedade, são resultantes da consciência coletiva. O que circula nas

10 – redes sociais, o que aparece nas diversas mídias, o que pensa a classe dominante, o que dizem os artistas mais consagrados e o que falam os formadores de opinião, o que emana das sub-regiões urbanas no formato de opinião comum são também indícios do conteúdo da consciência coletiva.

[...] Mais do que qualquer outro vetor, a opinião pública, pelo seu poder de penetração e por sua linguagem que traduz o que se passa na consciência coletiva, pode contribuir em muito para a

15 – educação visando à plenitude da cidadania.

NOVAES, A. Consciente coletivo. **A Tarde**, Salvador, 20 maio 2015. Caderno Opinião, p. A3.

II.

O consumo declinante de produtos culturais entre brasileiros, identificado em pesquisa recente divulgada pela Federação do Comércio (Fecomércio) do Rio de Janeiro, reflete não apenas a atual crise econômica, mas um nó crítico do sistema educacional.

O estudo aponta, entre outros, um dado estarrecedor: 70% dos brasileiros não leram um

5 – livro sequer em 2014. O uso da internet, amplificado pelos smartphones, é apontado como um dos responsáveis pela queda na leitura, principalmente entre os jovens. Nos países desenvolvidos, 13 é o número médio de livros lidos anualmente por habitante, enquanto, no Brasil, são dois.

Alguns acreditam que isso pode ser explicado pelo fato de, ao iniciar tardiamente o seu processo de escolarização, nos anos 1960, o país ter saltado do analfabetismo para o audiovisual,

10 – sem conseguir formar uma cultura de leitura.

A pesquisa indica também que o volume de frequentadores de cinema diminuiu, embora as idas ao teatro tenham dobrado em relação a 2009. Apesar disso, 89% não assistiram a nenhuma peça entre 2013 e 2014. [...]

Uma nação que não consome cultura tem dificuldade de entender e discutir em

15 – profundidade questões que dizem respeito a todos. Ao se distanciar dos livros, o Brasil se torna um país raso.

AZIZ, B. Exclusão cultural. **A Tarde**, Salvador, 17 maio 2015. Caderno Opinião, p. A3. Editorial.

PROPOSTA

A partir da leitura dos fragmentos acima, produza um **texto argumentativo** em que você estabeleça **uma relação entre cultura, educação e direitos humanos**, ressaltando as ações que o homem brasileiro pode promover no sentido de formar uma nação pautada pela ética e pela cidadania.

RASCUNHO

REFERÊNCIAS

Questão 01

LYRA Filho, R. **O que é Direito**, São Paulo: Brasiliense, 2006.

Questão 04

O PLENÁRIO da Câmara... Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/trabalho-e-previdencia/483725-camara-aprova-projeto-que-regulamenta-direitos-de-trabalhadores-domesticos.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.

Questões 05 e 06

A CONSTITUIÇÃO assegura... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

Questão 09

A 4ª TURMA cível... Disponível em: <http://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/noticias/189005579/tjdf-conclui-pela-possibilidade-de-multa-ao-pai-que-descumpre-o-dever-de-visitar-o-filho?utm_campaign=newsletter-daily_20150519_1186&utm_medium=email&utm_source=newsletter>. Acesso em: 29 maio 2015.

Questões 16 e 17

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**, 7 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Questão 18

O EXMO. SR. Ministro... 1ª Turma, RE 166349-9/DF, DJ 25 nov 1994, Seção I p. 32312. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=182384>>. Acesso em: 15 maio 2015.

Questão 21

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: 15 maio 2015.

Questão 26

OS NOVE policiais... Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/chacina-com-12-mortos-no-cabula-foi-planejada-por-pms-como-vinganca/?cHash=71739b04005cc61ce93a1e66796f8f0>>. Acesso em: 9 maio 2015.

Questão 28

A IRLANDA se tornou... Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/irlanda-aprova-em-referendo-o-casamento-gay-diz-tv-local.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.

Questão 30

OCORREU no Teatro... Disponível em: <<http://blogdotarso.com/2015/05/09/julgado-por-juristas-na-ufpr-governo-beto-richa-e-condenado>>. Acesso em: 20 maio 2015.

Questões 31 e 32

PIOVESAN, F. Direitos Internacional dos Direitos Humanos, e a lei de anistia: o caso brasileiro, In: TELES, E.; SAFATLE, V. (ORGS.). **O que resta da Ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Questão 35

MACHADO NETO, A. L. **Teoria da Ciência Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1975.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAD/COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO
Rua Dr. Augusto Viana, 33 – Canela
Cep. 40110-060 – Salvador/BA
Telefax (71) 3283-7820 – E-mail: ssoa@ufba.br
Site: www.vagasresiduais.ufba.br